



GT 12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades

ISSN 2177-3688

**QUEM É A PESSOA USUÁRIA DO CONHECIMENTO REGISTRADO NA CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO? NOTAS DA NEURODIVERSIDADE**

***WHO IS THE USER OF KNOWLEDGE REGISTERED IN INFORMATION SCIENCE? NOTES ON
NEURODIVERSITY***

Fernanda Valle - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - Universidade Federal do Rio de Janeiro (IBICT/UFRJ)

Gustavo Saldanha - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (IBICT/UNIRIO)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: O artigo visa à reflexão teórica sobre o conceito de neurodiversidade no escopo da Ciência da Informação, com base no direito constitucional à informação e ao conhecimento. Partiu-se da noção de usuário (pessoa usuária do conhecimento registrado) para questionar se a dimensão conceitual vigente opera ou não como um gesto de exclusão social. Trata-se de um estudo teórico-conceitual, exploratório e descritivo, de abordagem qualitativa, que contrasta o cânone ocidental com as pistas teórico-metodológicas, centralmente identificadas em Nicolas Roubakine. O estudo fornece insumos para repensar a infraestrutura informacional de mediação entre cérebro e livro sob a perspectiva da diversidade e da justiça informacional. Os resultados iniciais sugerem ausência de publicações e propostas teórico-metodológicas que explicitem o termo neurodiversidade. Também observou-se que, a despeito da lacuna mencionada, a Ciência da Informação brasileira dedica-se ao público neurodiverso por meio de domínios específicos, como o Transtorno do Espectro Autista, e pesquisas com ênfase em acessibilidade.

Palavras-chave: estudos de usuário; neurodiversidade; justiça informacional.

Abstract: This paper aims at the theoretical reflection on the neurodiversity concept in the scope of Information Science, based on the constitutional right to information and knowledge. The starting point is the notion of user (user person of registered knowledge) to question whether the ruling conceptual dimension operates as a movement of social exclusion. This is a theoretical-conceptual, exploratory and descriptive study. It follows a qualitative approach and contrasts the western canon with soviet theoretical-methodological clues. These clues can be centrally identified in Nicolas Roubakine's work. It provides mental stimulation to rethink the informational infrastructure for the mediation between brain and book under the diversity and informational justice perspective. Initial results suggest the absence of published works and theoretical-methodological proposals that highlight the expression "neurodiversity". We also observed that despite the aforementioned gap, the Brazilian Science of Information focuses on the neurodiverse public by means of specific domains, such as autism spectrum disorder and research with emphasis on accessibility.

Keywords: user studies; neurodiversity; informational justice.

1 INTRODUÇÃO

Em uma sociedade escriturística (CERTEAU, 2014), as barreiras ao desenvolvimento da linguagem por meio da escrita e da leitura conduzem à potencial exclusão integral do indivíduo da vida social, principalmente ao direito constitucional à informação e ao conhecimento, central para uma teoria social da Ciência da Informação (CI). Nesse contexto, questiona-se sobre quais categorias de indivíduos as pessoas pesquisadoras dedicadas aos fenômenos informacionais se reportam no escopo do conceito de usuário (termo clássico usado na literatura de “estudos de uso e de usuário”; no caso desta pesquisa, pessoa usuária do conhecimento registrado).

O enfoque deste trabalho, de fundamentação metodológica teórico-conceitual, exploratória, descritiva, que integra pesquisa mais ampla de doutorado em curso sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), está na inclusão das perspectivas neurodiversa e neurodivergente na categoria de usuários da informação como ação fundamental para a justiça informacional (MATHIESEN, 2015). Se distintas áreas cerebrais, como memória, cognição, processamento sensorial e comunicação, se apresentam de modo diferente nas pessoas, a tese da pesquisa aponta para a necessidade de se repensar categorias de mediação, como a interação humano-informação e humano-máquina, na perspectiva da diversidade neurológica dos sujeitos e necessidades informacionais específicas de um dado grupo social. Para isso, a pesquisa parte da premissa da compreensão das pessoas que atuam no fazer e no pesquisar do biblioteconômico-informacional no (re)conhecimento do conceito de neurodiversidade e a heterogeneidade, seus usos e as lutas por seus reusos.

Conforme Hjørland (2002), um dos caminhos de investigação de um domínio (HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995) é observar a presença do conceito que se deseja avaliar na comunicação científica e em documentos de interesse. A compreensão do domínio referente à comunidade autista, no plano da discussão conceitual da pragmática das noções de neurodiversidade e neurodivergência, por exemplo, reporta-nos à relação entre representação e metarrepresentação no desenvolvimento epistemológico do campo informacional. Como parte dos resultados e conclusões do trabalho, o exercício terminológico-histórico da pesquisa nos coloca, pois, de volta ao plano teórico do epistemólogo russo Nicolas Roubakine e seu método bibliopsicológico, de grande influência

em Paul Otlet e seu Tratado de Documentação e, conseqüentemente, na própria fundamentação da cientificidade do que veio a se chamar “Ciência da Informação”.

2 RECONTEXTUALIZANDO CONCEITOS E SUA HISTORICIDADE

Em contexto histórico amplo, o conceito de neurodiversidade integra o campo de *disability studies* (VIDAL; ORTEGA, 2019), cujo desenvolvimento ganha força a partir dos anos de 1970. De herança pós-estruturalista e da luta anti-manicomial, a noção é atribuída à socióloga australiana Judy Singer para representar a diversidade das configurações cerebrais, especialmente o conjunto de pessoas diagnosticadas com transtornos neurológicos, como o TEA. Nessa direção, desde o final da década de 1990, neurodiversidade diz respeito, simultaneamente, a um conceito, a um movimento e a um modelo (CARDOSO; ABREU, 2021) ou paradigma (CHAPMAN, 2020), logo, fruto de um construto político complexo (entre a expressão e manifestação crítica anti-estruturalista dos sistemas de classificação em saúde existentes).

Enquanto conceito, refere-se a todas as pessoas na medida em que versa sobre a pluralidade dos tipos de cérebros. Portanto, a premissa ontológica é a da não-doença e, conseqüentemente, a dimensão epistemológica ultrapassa os limites das ciências da vida e recai no domínio social da condição biológica. Todavia, como destacam Vidal e Ortega (2019), a despeito de partilharem o olhar despatologizante, o *status* ontológico do movimento pela neurodiversidade assume sua condição neurológica de ser, em que o cérebro é o protagonista dos modos de vida e configura, de maneira ubíqua, a relação do indivíduo com o mundo (este, como categoria aberta, em construção, incluindo o gesto criador das pessoas em sua neurodiversidade).

Assim, aproxima-se da luta por representação cidadã das pessoas com deficiência, categoria onde algumas neurodiversidades estão classificadas no domínio da saúde. Como modelo, diz respeito à diferença dentro da diferença, isto é, às neurodivergências dentro da variedade comum da neurodiversidade. Ou, nos termos de Chapman (2020), um paradigma de mudança teórica e ideológica de reenquadramento de neurominorias à maioria neuronormativa. Já a neurodiversidade como movimento específico de desdobramento da emergência do conceito surge como um ativismo amplo nas últimas duas décadas, visando à normalização de todas as diferenças e questiona se há um modelo cerebral desejável ou correto para a espécie humana (CARDOSO; ABREU, 2021). Trata-se de uma interpretação

conceitual parcialmente destoante da ideia original, visto Singer ter se referido a um grupo específico dentro do TEA, a Síndrome de Asperger, categoria diagnóstica inexistente na edição atual da Classificação Internacional de Doenças (CID). Nessa direção, Chapman (2020) analisa que a neurodiversidade encontra-se em um complexo novo terminológico-conceitual: deseja contrapor o modelo médico da deficiência pela lente despatologizante individual e evidenciar a responsabilidade da esfera pública, mas não se adequa satisfatoriamente ao modelo social da deficiência, pois arrisca-se a negar a causa biológica e a negligenciar limitações e dificuldades vivenciadas pelas pessoas a despeito do suporte que recebam. Conforme relatado, a apropriação dos termos neurodiversidade e neurodivergência é heterogênea e, portanto, exige que cada autoria indique o uso específico em suas pesquisas e reflexões, o que impacta nos modos não apenas de descrição, mas, no território da organização do conhecimento, na metadescrição de pessoas e ações em contextos mutantes.

Segundo Singer (2016), o termo neurodiversidade nasce como resultado de sua experiência acadêmica e pessoal de integrar uma família que lutava com “deficiências ocultas”, não reconhecidas ou ainda inexplicáveis pela sociedade, hoje denominada TEA. A autora atribui ao movimento feminista, às políticas identitárias, aos avanços da neurociência e à internet alguns dos fatores que propiciaram a visibilidade de transtornos como o autismo e a construção conceitual sobre a neurodiversidade, ou seja, uma disputa conceitual que integra a co-constituição de outras lutas por termos e existências, suas interseccionalidades e desigualdades, dos anos 1960 aos dias atuais.

Segundo o sociólogo britânico Michael Oliver, citado por Singer, no contexto dos impactos da ascensão capitalista sobre a vida das pessoas com deficiência, a demanda por produtividade e eficiência afetaram a vida doméstica cotidiana, resultando na exclusão da força de trabalho desses indivíduos, classificando-os como incapazes de contribuir com a comunidade. Na sociedade industrial nascem também os lugares de confinamento, que as autorias denominam de “armazenagem” dessas pessoas, como forma de controle social.

Sheffer (2019) relembra que o regime nazista exterminou todos aqueles que ameaçassem a coesão social e a instituição do espírito alemão desejado. De acordo com a autora, o regime psiquiátrico nazista, que vigorou até a queda de Adolf Hitler, em 1945, mas deixou um legado taxonômico e descritivo em saúde até os dias atuais, se apropriou do termo *Gemüt* (que significava “alma” no século XVIII) para representar a noção de sociabilidade, a

capacidade individual de se integrar ao coletivo. Portanto, a falta de *Gemüt* ou um *Gemüt* deficiente foi inserido como um dos aspectos autistas diferenciais.

O paradigma do extermínio hitlerista era atravessado pelo desejo de instaurar uma personalidade-modelo (SHEFFER, 2019). Em outros termos, um modelo único de pensar, relacionado a uma forma específica de sentir, se relacionar e se comportar. Na sociedade pós-industrial contemporânea, na visão de Oliver, a reintegração dos indivíduos excluídos seria facilitada por novos dispositivos tecnológicos, o que situaria essa população no lugar comum, compartilhado e contraditório da *polis* informacional: os artefatos sociotécnicos se apresentariam tanto como recursos mediadores para visibilidade, inclusão e transformação social, quanto se tornariam mecanismos de alienação (SINGER, 2016). Questiona-se, assim, se as oportunidades de integração são oferecidas para exploração de uma mão-de-obra outrora desprezada ou são guiadas por uma conscientização de direitos humanos adquiridos.

Da perspectiva política, pessoas com deficiência e classificadas como neurodivergentes têm direitos e deveres perante o Estado e sua comunidade, dentre eles, o acesso à informação. Conseqüentemente, enquadram-se na figura de pessoa leitora ou usuária do conhecimento registrado, conforme preconizam leis e manifestos consolidados, como a Constituição Federal brasileira, de 1988, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, sancionado em 2015, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), conclamados pela Organização das Nações Unidas (ONU) no horizonte da Agenda 2030, marcos regulatórios e manifestos que permitem recompreender ou reafirmar conceituações. Contudo, a existência de tais marcos não garante a transformação efetiva na vivência cotidiana das pessoas.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

No plano dos procedimentos metodológicos, o primeiro passo foi, portanto, examinar se a CI brasileira está familiarizada com os conceitos neurodiversidade e neurodivergência. Para os fins desta pesquisa, consultamos a Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci) e o repositório dos anais do Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (Benancib), as duas plataformas principais de circulação da comunicação científica do campo no Brasil. Como resultado, obtivemos apenas um artigo científico indexado na Brapci, publicado em 2007, intitulado “Mapeamento do

sujeito cerebral na cultura contemporânea”, de autoria de Francisco Ortega e Fernando Vidal, vinculados às áreas de saúde coletiva e história das ciências, respectivamente.

Considerando a escassez de fontes, inferimos que a área da CI ainda não identifica, não reconhece e não explora o conceito como objeto de estudo e de práxis acadêmico-científica. Entretanto, por ser um termo guarda-chuva, transtornos e outras condições de saúde que nele se inserem podem figurar como fragmento de domínios mais amplos de pesquisa. Além disso, situando-se em um cenário conceitual controverso como mencionado, a não utilização dos termos pode ser justificada também por alguma opção teórico-metodológica, ainda que tal escolha pudesse ser esclarecida e demarcada.

Nessa direção, partimos da meta-análise produzida por Rabello (2013) sobre 15 revisões sistemáticas de literatura, publicadas no *Annual Review of Information Science and Technology* (ARIST), base internacional de referência nessa metodologia, entre os anos de 1960 e 2000, para compreender os principais usos do conceito de usuário (ou pessoa usuária do conhecimento registrado). Com contribuições de Nicolas Roubakine, sustentamos que a CI hegemônica ocidental parte de um tipo de racionalidade e, como consequência, de um modelo de processamento cognitivo, que exclui pessoas neurodivergentes de espaços e serviços informacionais.

Para além da responsabilidade pedagógica da Educação quanto à aquisição da linguagem e letramento, enquanto campo de organização dos saberes, entende-se aqui como responsabilidade ética da CI questionar a infraestrutura para a inclusão da diversidade, não apenas em relação às barreiras físicas para participação ativa das unidades informacionais, mas, também, o arcabouço científico que embasa decisões e a práxis informacional, vindo ao encontro de iniciativas da *American Library Association* (ALA), que, em 2015, destacou ainda lutar com a “omissão da neurodiversidade” ao definir o que queremos dizer por diversidade¹.

4 INFORMAÇÃO PARA QUEM? BREVE RETROSPECTO DO CONCEITO DE USUÁRIO

Em 2021, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021) publicou dados referentes ao ano de 2019 e revelou que mais de 67% das pessoas com deficiência não tinham instrução nenhuma ou possuíam apenas o ensino fundamental incompleto. No período, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (2021) promoveu o estudo “Enfrentamento do

¹ Artigo intitulado “*Defining diversity*” disponível em: <https://www.ala.org/advocacy/bbooks/diversity>. Acesso em: 24 jun. 2023.

fracasso escolar” em que enfatizou três índices avaliativos: reprovação, abandono de matrícula e distorção idade-série. Na ocasião, o chefe de Educação do UNICEF do Brasil salientou que “há, no Brasil, uma naturalização do fracasso escolar, fazendo com que a sociedade aceite que um perfil específico de estudante passe pela escola sem aprender” (CULTURA..., 2021).

Em 2022, o Censo Escolar, organizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2023), indicou que deficiência intelectual e autismo foram as deficiências de maior incidência entre os discentes incluídos em turmas regulares – 914.476 e 429.521, cada. Em suma, a lei garante a matrícula, mas não a permanência, nem a qualidade do desenvolvimento do educando cidadão que pertença a qualquer categoria de marginalização social, especialmente crianças e jovens com deficiência que necessitam de maior suporte e culturalmente são vistos como menos capazes de aprender. Dessa maneira, infere-se que o público letrado e, portanto, leitor e usuário, já é formado de maneira excludente da perspectiva da diversidade. A ausência desse público espelha, na contramão, a ausência de demanda como pessoas usuárias de serviços informacionais. Todavia, um falso reflexo.

Como campo científico, a CI popularizou a ideia de “usuário” aplicada a sistemas (automatizados ou não) de organização e recuperação do conhecimento (ARAÚJO, 2008), consolidando a subárea de Estudos de Usuários, sustentada pelos paradigmas cognitivo e social presentes na Escola de Chicago desde a década de 1930. Com foco nas noções de busca, necessidade, comportamento e uso da informação, Rabello (2013) demonstra três fases dos “estudos de usuário”: a) ênfase no sistema de informação, a partir de uma concepção mais estática; b) enfoque na relação dinâmica entre o usuário e o sistema de informação; c) dimensão contextual e interativa entre usuário, sistema e informação.

Segundo o levantamento feito pelo autor, na década de 1960, privilegiavam-se os conceitos de necessidade, uso e comportamento aplicados ao contexto de uso informacional em comunidades científicas e colégios invisíveis, integrando o usuário cientista e tecnólogo aos sistemas de informação. No período, os pesquisadores realizavam, preferencialmente, estudos quantitativos. Autorias como Saul Herner e Mary Herner destacaram a escassez de técnicas que abarcassem a variedade de tipos de pessoas usuárias e propuseram um modelo de processo de comunicação da informação. Rabello (2013) explica que o modelo proposto continha duas classes de estudos de usuários: estudo básico, com ênfase na forma de criar o

conhecimento quanto à fonte de informação, isto é, atribuição de valor a um dado, e estudo aplicado, referente às operações de pesquisa, à tomada de decisão sobre os dados e transmissão das informações.

Na mesma década, uma outra crítica sobre o conceito de “usuário” partia de William Paisley, que tentou um modelo que pudesse ser aplicado a qualquer nova teoria. Conjuntamente com o sistema de informação, era preciso inserir o sistema social, político, econômico e subjetivo do cientista.

O sistema, nesse contexto, foi pensado a partir de variáveis (sistemas e subsistemas) que apresentavam valor categórico e envolvem o trabalho do cientista, estando esse indivíduo: a) dentro de uma cultura, b) dentro de um sistema político, c) dentro de um grupo de sócios (sociedade particular), d) dentro de um grupo de referência (especializado), e) dentro de uma escola invisível, f) dentro de uma organização formal, g) dentro de um grupo de trabalho/pesquisa, h) dentro de um sistema legal/econômico, i) dentro de um sistema formal de informação (bibliotecas, centros de informação etc), e, por fim, j) dentro de sua própria cabeça (estrutura cognitiva). (RABELLO, 2013, p. 157)

O tópico “dentro da sua própria cabeça” já preconizava as diferenças individuais que incidiriam na relação usuário-informação, problematizando a ideia de um público genérico usuário do conhecimento registrado (contexto teórico esse que, no plano dos estudos da diversidade, poderia abrir o caminho para o debate da neurodiversidade nos métodos e técnicas de “estudos de usuário”). O modelo desenvolveu-se, porém, com foco nos estudos comportamentais. Na década de 1970, necessidade de informação foi interpretada pela perspectiva da interface e emergiram pesquisas orientadas ao *design* das telas e sistemas e iniciou-se a integração de características e particularidades de usuários advindos de ciências humanas e sociais. Aqui, as noções de difusão da informação, inovação e busca da informação foram privilegiadas. Tratava-se não só da troca entre cientistas e tecnólogos experientes, mas usuários inexperientes e não-cientistas (RABELLO, 2013). As pessoas usuárias eram segmentadas não pela estrutura cognitiva, mas pelo tipo de conhecimento estruturado e campos do saber. Emergiu a necessidade de categorizar o público-geral para personalização do sistema – controle e representação do conteúdo e o *design* de interação.

No contexto dos anos de 1980, Rabello (2013) apresenta a revisão de literatura realizada por Brenda Dervin e Michael Nilan: uma avaliação de 300 artigos publicados entre 1978 e 1986, tornando-se uma referência na subárea de Estudos de Usuários. A pesquisa frisa uma mudança de paradigma: no modelo antigo, vigente até a década de 1970, predominavam

estudos de natureza quantitativa, com centralidade no sistema e nos dados, na satisfação de uso do sistema, em que o conteúdo informacional e o documento eram “instâncias autolegitimadoras diante da sua função no sistema” (RABELLO, 2013, p. 164). No modelo novo, ou paradigma alternativo, o principal não era o sistema ou o profissional, mas o usuário concebido holisticamente, com foco na dimensão cognitiva.

Nas décadas seguintes, de 1980 e 1990, vigoraram pesquisas interdisciplinares e associadas à Psicologia Cognitiva, Matemática, Filosofia, Ciência da Computação e Linguística. Vale lembrar que, nesse mesmo período, foi publicada uma série de textos assinados por Bertram C. Brookes, intitulados *The Foundations of Information Science*, no *Journal of Information Science*, em que descreveu uma equação matemática que representava a relação entre informação e conhecimento, sob a perspectiva mental e cognitiva, apoiada na ideia de conhecimento objetivo do epistemólogo Karl Popper. Todavia, apesar das iniciativas de individualização e/ou particularização, nenhuma pesquisa levantada por Rabello (2013) explicitou as diferenças dentro das diferenças, isto é, partiram da diversidade cognitiva, porém ainda normatizada. A população com deficiência e outras condições neurodivergentes permaneciam invisíveis na literatura.

A partir dos anos 2000, com os computadores pessoais e as plataformas interativas, as investigações foram reorientadas para o contexto da apropriação da informação não apenas pelo cientista, especialista ou profissional da informação, mas qualquer pessoa que produz, dissemina e se apropria do conhecimento: “abrir-se-ia margem, então, para a concepção de um sujeito agente apreendido em relação social e em contexto, ou seja, um ator cognitivo-social” (RABELLO, 2013, p. 179).

A tendência com enfoque em acessibilidade é atestada nos anais do Enancib. A título de exemplificação, o levantamento bibliográfico por “pessoas com deficiência” e termos relacionados ao TEA (a saber, autismo e autista), *locus* epistêmico de onde parte a discussão sobre neurodiversidade, recuperamos 11 ocorrências, das quais consideramos 10 válidas, conforme quadro a seguir.

**XXIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB
Aracaju-SE – 06 a 10 de novembro de 2023**

Quadro 1 – Anais do Enancib com ênfase em Pessoa com Deficiência e Autismo

Título	Ano	Grupo de Trabalho - GT
Arquitetura da informação, acessibilidade e usabilidade: princípios básicos para análise do website da Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa Portadora de Deficiência (FUNAD)	2013	8 – Informação e Tecnologia
Interação e democratização da informação para pessoas com deficiência no estado da Paraíba	2013	8 – Informação e Tecnologia
Acessibilidade a informação: análise do website da fundação apoio à pessoa com deficiência	2014	8 – Informação e Tecnologia
O acesso à informação na UFPB sob o olhar e memórias de alunos com deficiência	2016	10 – Informação e Memória
Indexação imagética aplicada ao modelo FRASAD: uma metodologia conceitual	2016	2 – Organização e Representação do Conhecimento
Atendimento a pessoas com deficiência em bibliotecas universitárias	2017	6 – Informação, Educação e Trabalho
Informação audiodescritiva e tecnologia audiovisual: um olhar da ciência da informação	2017	5 – Política e Economia da Informação
(Des)Informação em saúde: o autismo no espelho da classificação	2019	11 – Informação & Saúde
“Estado de mediação”, autismo e a circulação da informação no Censo	2020	5 – Política e Economia da Informação
Grupos de familiares de autistas na reivindicação de direitos: uma revisão sistemática da literatura	2022	3 – Mediação, Circulação e Apropriação da informação

Fonte: elaborado pelas autorias (2023)

Concentradas na segunda metade dos anos de 2010, as pesquisas predominaram no GT 8 – Informação e Tecnologia, vinculadas diretamente à Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Dos dez trabalhos analisados, seis focalizam as temáticas da Arquitetura da Informação, acessibilidade e tecnologias assistivas orientadas à pessoa com deficiência. Porém, não segmentam ou mencionam pessoas neurodiversas. Do restante, três possuem especificamente o TEA como objeto de estudo e estão vinculadas ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), registradas nas edições de 2019, 2021 e 2022 do evento, e uma pesquisa menciona o autismo, mas não se restringe ao transtorno. Com foco em organização do conhecimento, o artigo aborda o tema da acessibilidade para o processo de indexação ao substituir palavras por imagens (trabalho apresentado em 2016, no GT2).

Apesar de condições de saúde diferenciadas não figurarem no cânone da CI, não terem destaque no histórico da CI brasileira com foco em estudos de usuários e nas principais revisões de literatura indexadas no ARIST e apresentadas por Rabello (2013), na historiografia da CI soviética, o tema já havia sido considerado em 1922, por meio de Nicolas Roubakine e sua psicologia bibliológica, que discutiremos a seguir.

5 BIBLIOPSIKOLOGIA COMO SOLO DE PESQUISA DA NEURODIVERSIDADE

A bibliopsicologia elaborada pelo bibliotecário russo Nicolas Roubakine pode ser vista como vanguarda na CI em diferentes segmentos: nos estudos de experiências de pessoas usuárias, no âmbito a) da influência da arquitetura da informação na legibilidade; b) do perscrutar a estrutura psíquica e cognitiva; c) da relação ao texto e à linguagem.

Radicado na Suíça, Roubakine (1862-1946) esteve em diálogo com personagens históricas importantes como Paul Otlet e Romain Rolland, reconhecido humanista e ganhador do Nobel de Literatura de 1915. Interessado no caráter emancipatório da leitura, Roubakine desenvolveu um conjunto de teorias e métodos conhecido como Psicologia Bibliológica ou Bibliopsicologia, descrito no livro *Introdução à Psicologia Bibliológica*, publicado em 1922, em francês, e citado por Otlet no clássico *Tratado de Documentação*, de 1934.

Com atuação abrangente no contexto da Biblioteconomia e do universo livreiro, Roubakine produziu, disseminou e avaliou conteúdos em diferentes formatos, como infográficos, presentes na obra *Russia in numbers. Country. People. Estates. Classes*, de 1912, sobre demografia, no entendimento de que o leitor seria o centro do debate biblioteconômico e não o suporte livro. Na perspectiva de Roubakine, o livro era a constante e o leitor, a variável. O método, portanto, buscava mapear as particularidades no processo de mediação entre autor, texto, assunto e leitor.

A psicologia bibliológica ousa afirmar que um livro, na medida em que é lido, é função daquele que o lê. Um livro é aquilo que nós pensamos dele, seja “nós” um leitor isolado, uma unidade, ou uma coletividade, um grupo social, uma condição social, uma classe, um círculo, uma nação etc. Todo leitor é uma variável independente; qualquer livro lido por ele, isto é, a ideia que se faz de seu conteúdo, bem como de todas as suas qualidades, dependem desse leitor funcionalmente. (ROUBAKINE, 1998, p. 12, tradução nossa)

Sendo uma nova ciência cujo objetivo é avaliar - nas palavras do autor - a força motriz do discurso cristalizado, Roubakine (1998) classifica a bibliopsicologia como uma subárea da interpsicologia de Gabriel Tarde, isto é, a influência psíquica entre dois cérebros, e uma subdivisão da Psicologia Social. Segundo o autor, divide-se em bibliopsicologia teórica, descritiva, aplicada, prática, geral e específica, individual e coletiva, fisiológica, experimental, objetiva, introspectiva; podendo se subdividir em categorias menores, como sexo, idade, nacionalidade, grupos sociais, períodos históricos, dentre outras (ROUBAKINE, 1998).

No percurso da pesquisa, o *corpus* roubakiniano não identificou menção direta ao termo “autismo” (já oficializado pelo psiquiatra Eugen Bleuler na primeira década do século

XX, no escopo da esquizofrenia), mas faz referência a perfis de leitores com patologias e outras condições de saúde que poderiam ser igualmente avaliados pelo método bibliopsicológico. Por exemplo, salienta os diferentes tipos de memória e a existência de leitores que possuem o pensamento semelhante a uma “marcha irregular”, que chegam ao final de uma frase tendo esquecido o início dela. Utiliza também o termo *névropathes* como uma categoria mais suscetível ao fenômeno da hipnose ou da fixação em determinada palavra ou livro.

À época, *névropathes* se referia aos transtornos de personalidade, podendo se associar à neurose, à psicose ou à introversão, características que situariam o indivíduo como alguém dissonante da vida social. Ressalta, ainda, a importância dos psicólogos Wilhelm Wundt, Alfred Binet e Pierre Bovet, cujas pesquisas estariam diretamente relacionadas com a bibliopsicologia, oferecendo insumos para a compreensão de leitores atípicos. Na contramão, em seu entendimento, a própria bibliopsicologia poderia ser um meio para identificação de atipicidades, pois ler envolve atenção, movimento corporal, expressões faciais, capacidade mimética, uma série de sinais que poderia ser identificada e avaliada.

No plano da neurodiversidade, antes do nascimento do conceito, Roubakine (1998) normalizou as diferenças cerebrais por justificar que nenhuma pessoa leitora, com ou sem condições de saúde diferenciadas, conhece o âmago de qualquer livro. O “leitor é tudo” e cada pessoa leitora é singular. Esse é o desafio que o move: investigar caminhos possíveis de isolamento, tipificação e quantificação das interações de cada agente envolvido com o livro, enquanto objeto, e na representação de um conhecimento a ser apreendido – um esforço matemático similar ao desejo de Brookes, mas 60 anos antes. Nesse horizonte, Roubakine (1998) ressalta que a bibliopsicologia não é tratamento psicológico, embora o bibliotecário seja impulsionado a ocupar uma função de mediação terapêutica. Trata-se da biblioterapia sem que o autor utilize a terminologia. Em um caso de pessoa leitora com ideias suicidas, relatou que os bibliotecários “tiveram que se esforçar para salvá-lo (...), não apenas levando a conversa dos pontos mais íntimos de sua alma, mas também escolhendo um livro bem escolhido correspondente ao estado de espírito do leitor” (ROUBAKINE, 1998, p. 254). Em relação aos requisitos relevantes para o atendimento às pessoas leitoras, destaca benevolência, interesse pelos aspectos de sua vida, cordialidade e caridade, aproximando-se da ética contemporânea da inclusão.

Roubakine contribuiu igualmente para repensar a maneira pela qual a informação é apresentada, pois a forma impactaria diretamente no processamento cognitivo e no perfil psicológico do receptor:

(...) título, capa, volume, o formato, o papel, os desenhos, até a encadernação. (...) A aparência externa do livro tem sua própria psicologia. (...) Cada tipografia, cada editora tem sua própria psicologia. (...) Cada uma delas tem sua fisionomia particular e cada uma delas dá sua marca às edições. ‘Diga-me o que você edita e eu direi quem você é’ (ROUBAKINE, 1998, p. 60-61)

Nesse contexto, Valle e Saldanha (2022) destacam que inclusão informacional no horizonte da neurodiversidade e da neurodivergência engloba formato, tipografia, adaptação de conteúdo, política informacional, estrutura física e recursos humanos da unidade informacional, provocando o questionamento: quem merece ser pessoa leitora e, conseqüentemente, usuária da informação? Na Grécia Antiga, somente homens gregos e livres. No medievo, predominantemente a aristocracia e o clero. A noção de utilidade pública e acesso público aos livros ganha força no século XVII, com Gabriel Naudé, caracterizando um novo movimento na história da Biblioteconomia. No Brasil escravagista, o direito aos livros era dado somente a pessoas brancas. Na passagem do século XIX para o XX, Roubakine manifesta-se e trabalha para a educação da classe operária, excluída de bibliotecas. Situação semelhante é observada na Itália, onde Antonio Gramsci discute a categoria do “intelectual”, seus graus, qualificações e relações de trabalho dentro da organização da cultura. No Brasil, Paulo Freire articula o debate de classe e as particularidades dos oprimidos para desenvolvimento de seu método pedagógico, um gesto de inclusão ao direito à Educação e, conseqüentemente, à pessoa usuária. No campo científico da CI, a retrospectiva conceitual vista em Rabello (2013) demonstra que as pesquisas sobre a dimensão cognitiva da pessoa usuária são popularizadas apenas entre as décadas de 1970 e 1980, apresentando lacunas históricas consideráveis do ponto de vista da neurodiversidade e neurodivergência.

Incluir a pessoa neurodiversa, considerada ou não com deficiência, exige colaboração multidisciplinar para pesquisa científica e prática de profissionais da informação, além de uma série de adaptações oriundas da heterogeneidade das neurodivergências. Mas, principalmente, evidencia-se o paradigma quanto ao custo-benefício do processo. Segundo Lancaster (1996, p. 301), custo-benefício nos serviços de bibliotecas “procura justificar a existência da atividade ao demonstrar que os benefícios compensam os custos”. Se corpos

típicos ou sem deficiência possuem mais valor na hierarquia social capitalista, a noção de “benefício” é posta em xeque.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão proposta demonstrou que a CI ainda não considera a neurodiversidade e a neurodivergência no arcabouço conceitual de usuários da informação no circuito da comunicação científica no Brasil. As iniciativas de pesquisa fragmentadas em torno de neurodivergência específica, como o TEA, não supre lacunas relevantes do domínio no campo científico informacional, fato que favorece a exclusão de tais sujeitos do processo democrático de sua formação intelectual, social e cidadã.

No plano teórico, observou-se o perfil inovador de Nicolas Roubakine ao abordar, ainda no início do século XX, temáticas que seriam operacionalizadas somente a partir da década de 1970, conforme revisão de literatura vista em Rabello (2013). Nesse contexto, destaca-se a presença pioneira, ainda que incipiente, de insumos voltados às pessoas com deficiência na literatura da CI a partir da bibliopsicologia roubakiniana.

Ressalta-se que o presente estudo não realizou juízo de valor sobre os argumentos, o referencial teórico e a metodologia apresentados pelo pensador russo. O objetivo foi avaliar a presença de vestígios que apontem para a inclusão de pessoas com deficiência, especificamente neurodivergentes, na categoria de usuários da informação.

Como desdobramento deste artigo, pretende-se à análise crítica do método bibliopsicológico, descrito por Roubakine em 1922, para verificar potencialidades e limitações, concordâncias e divergências, de sua aplicação no domínio estudado neste trabalho.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, C. A. Á. Estudos de usuários: pluralidade teórica, diversidade de objetos. *In*. IX Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2008, São Paulo. **Anais** [...] São Paulo: 2008, p.1-15. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/179058> . Acesso em: 25 jun. 2023.
- CARDOSO, C; ABREU, T. **Introvertendo 172**: anti-neurodiversidade. 2021. Disponível em: <https://www.introvertendo.com.br/podcast/introvertendo-172-anti-neurodiversidade/> . Acesso em 19 jun. 2023.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. v.1. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

CHAPMAN, R. Neurodiversity, disability, wellbeing. In. ROSQVIST, Hanna Bertilsdotter; CHOWN, Nick; STENNING, Anna. **Neurodiversity studies: a new critical paradigm**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2020.

CULTURA do fracasso escolar afeta milhões de estudantes e desigualdade se agrava na pandemia, alertam UNICEF e Instituto Claro. **Site da UNICEF**, Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/cultura-do-fracasso-escolar-afeta-milhoes-de-estudantes-e-desigualdade-se-agrava-na-pandemia> . Acesso em 19 jun. 2023.

HJØRLAND, B. Domain analysis in Information Science: eleven approaches, traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, [s.l.], v. 58, n. 4, 2002, p. 422-462.

HJØRLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in Information Science: domain analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, [s.l.], v. 48, n. 6, 1995, p. 400-425.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. taxa de PcDs com fundamental incompleto ou sem instrução é de 67%. **UOL**, 2021. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2021/08/26/ibge-pcds-fundamental-incompleto-sem-instrucao-taxa-2019-pns.htm> . Acesso em: 19 jun. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo Escolar 2022: divulgação de resultados**. Diretoria de Estatísticas Educacionais, 2023. 58p. Disponível em: <https://s3.static.brasilescila.uol.com.br/be/2023/02/resultados-censo-escolar-2022.pdf> . Acesso em: 17 jun. 2023.

LANCASTER, F. W. **Avaliação de serviços de bibliotecas**. Brasília: Brinquet de Lemos, 1996.

MATHIESEN, K. Informational Justice: a conceptual framework for social justice in Library and Information Services. **Library Trends**, [s.l.], v. 64, n. 2, p. 198-225, 2015.

RABELLO, R. Leituras sobre usuário e uso da informação na Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [s.l.], v. 18, n. 4, p. 152-184, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/HpyCK7ffVQP5bZ9dHxZBsyg/> . Acesso em: 20 jun. 2023.

ROUBAKINE, N. **Introduction a la psychologie bibliologique**. v. 1. Sofia: Association Internationale de Bibliologie, 1998.

SHEFFER, Edith. **Crianças de Asperger: as origens do autism na Viena Nazista**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2019.

SINGER, Judy. **Neurodiversity: the birth of an idea**. [s.l.]: [s.n.], 2016.

VALLE, Fernanda; SALDANHA, Gustavo. From the Autism Spectrum to the multiple ways of reading: the books and the world. In. NAUMOVA, Yulia; ALEKSEEVA, Maria (Orgs.). **Inclusive Library Programmes for Users with ASD: Practices and Potential Development**. Moscou: Russian State Library for Young Adults; 2022.

VIDAL, Fernando; ORTEGA, Francisco. **Somos nosso cérebro?** São Paulo: N-1 Edições, 2019.